



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

CNPJ nº 88.648.761/0001-03 – Caxias do Sul - RS

(continuação)

NOTA 14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: A Entidade possui processos de naturezas cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda, classificados pela administração como prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:

	DEPÓSITOS JUDICIAIS		PROVISÃO	
	2023	2022	2023	2022
ISQN	-	-	1.299.968,22	1.299.968,22
TRABALHISTAS	4.738.246,91	4.702.498,81	21.364.781,43	16.154.190,35
CIVEIS	496.139,20	419.779,94	1.457.524,16	2.138.749,49
ATUALIZAÇÃO	933.028,83	854.977,89	933.028,83	854.977,89
	6.167.414,94	5.977.256,64	25.055.302,64	20.447.885,95

Adicionalmente, a entidade responde a outros processos de natureza cível, trabalhista e tributária, que se encontram pendentes de julgamento, e na avaliação da administração e de sua assessoria jurídica oferecem remotas e possíveis probabilidades de perda, para as quais não há provisão constituída.

NOTA 15. QUESTIONAMENTOS LEGAIS: A FUCS possui um contencioso judicial tributário federal que envolve impostos e contribuições sociais, decorrente de quatorze ações de execução fiscal ajuizadas entre 1997 e 2020, e envolve um passivo de R\$ 1.071.488.493,16, em valores atualizados até abril/2024, sendo que R\$ 861.973.195,12 corresponde ao tributo cota patronal (INSS), R\$ 204.369.519,45 corresponde a IRPJ e R\$ 5.145.778,59 ao IRRF. A FUCS entende não serem devidos os valores porque lhe é assegurada a imunidade constitucional em relação a impostos sobre o patrimônio, renda e serviços, nos termos do Art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, bem como em relação às contribuições sociais sobre a seguridade social, nos termos do Art. 195, § 7º, também da Constituição Federal. Em razão das medidas judiciais adotadas pela FUCS, estes débitos estão com sua exigibilidade suspensa, nos termos do Art. 151 do Código Tributário Nacional. A FUCS busca o reconhecimento da sua imunidade tributária pelo Poder Judiciário, demonstrando que preenche os requisitos legais para tanto, como previstos no Art. 14 do Código Tributário Nacional. Tal entendimento é respaldado por jurisprudência inclusive dos tribunais superiores (STJ e STF), sendo que em três outras execuções fiscais federais, a FUCS já obteve êxito e a cobrança de R\$ 20.580.856,23 foi extinta. A FUCS também obteve decisão exitosa reconhecendo a imunidade tributária dos impostos municipais lançados sem procedimento de suspensão do benefício constitucional.

NOTA 16. GRATUIDADE PRATICADA PELA FUCS: Destacamos as principais atividades justificadoras da gratuidade realizadas pela FUCS, oferecidas à comunidade carente, que são registradas segregadamente em Custos com Assistência Social, distribuídas nas áreas da educação e da saúde, conforme estrutura abaixo, estando respaldadas em documentação hábil e respectivas planilhas de apuração.

16.1. GRATUIDADE ÁREA DA EDUCAÇÃO: A tabela que segue demonstra o número de alunos matriculados no Ensino Básico e número de alunos com bolsas integrais e parciais no exercício de 2023 e 2022.

	2023	2022
Educação Básica		
Total de alunos matriculados	886	858
Alunos com bolsa integral	100	94
Alunos inadimplentes	110	108
Total de alunos pagantes	776	750
Alunos com bolsa parcial de 50%	42	37

A tabela que segue demonstra o número de alunos matriculados no Ensino Superior e número de alunos com bolsas integrais e parciais no exercício de 2023 e 2022.

	2023	2022
Educação Superior		
Total de alunos matriculados	13.794	14.010
Alunos com bolsa integral	1.876	1.749
Alunos inadimplentes	2.383	1.597
Total de alunos pagantes	11.411	12.413
Alunos com bolsa parcial de 50%	727	758

16.2 GRATUIDADE ÁREA DA SAÚDE - HOSPITAL GERAL DE CAXIAS DO SUL: A FUCS mantém convênio com a Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, para administrar o Hospital

Geral de Caxias do Sul, que oferece 100% de seus leitos exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Essa atividade gerou as seguintes receitas e despesas nos exercícios de 2023 e 2022.

	2023	2022
Receitas	204.033.633,82	159.440.524,37
(-) Despesas	189.845.445,25	166.252.548,04
Superávit/Déficit	14.188.188,57	(6.812.023,67)

A FUCS, por intermédio do Hospital Geral realizou em 2023 atendimentos exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde – SUS, à toda a região de abrangência da 5ª Coordenadoria Regional de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, garantindo que 100% dos atendimentos sejam universais, equânimes, integrais e gratuitos. No Hospital Geral no exercício de 2022 ocorreram 13.039 internações e 1.318.549 atendimentos, e no exercício de 2023 ocorreram 14.392 internações e 1.458.222 atendimentos.

NOTA 17. ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS: Conforme artigo 29 da Lei 12.101/09 até sua vigência e a Lei Complementar nº 187/21 a partir de 17.12.2021, em seu artigo 3º a isenção das contribuições sociais usufruídas nos anos de 2023 e 2022, é composta dos seguintes valores:

	2023	2022
CONTRIBUIÇÃO		
Cota patronal	61.051.034,92	54.715.770,99
RAT	3.052.551,75	2.735.788,55
TOTAL	64.103.586,67	57.451.559,54

NOTA 18. APLICAÇÃO EM DESPESAS COM PESSOAL

	2023	2022
Receita de ensino	316.069.512,28	297.820.660,26
Aplicação em despesas c/ pessoal	251.410.127,46	235.556.793,00
Aplicação – (%)	79,54	79,09

NOTA 19. PATRIMÔNIO SEGREGADO POR ÁREAS DE ATUAÇÃO O patrimônio da entidade está segregado por áreas de atuação, conforme segue:

	2023	2022
EDUCAÇÃO		
Ativo	393.522.504,45	384.538.374,62
Circulante	90.441.928,91	94.386.248,39
Não Circulante	303.080.575,54	290.152.126,23
Passivo	179.775.450,69	179.646.576,41
Circulante	103.142.937,03	97.017.942,41
Não Circulante	76.632.513,66	82.628.634,00
Patrimônio Líquido	213.747.053,76	204.891.798,21

	2023	2022
SAÚDE		
Ativo	122.504.973,94	102.059.534,41
Circulante	43.503.627,45	39.774.608,94
Não Circulante	79.001.346,49	62.284.925,47
Passivo	77.102.403,35	63.349.160,30
Circulante	28.126.993,07	29.376.358,82
Não Circulante	48.975.410,28	33.972.801,48
Patrimônio Líquido	45.402.570,59	38.710.374,11

NOTA 20. SUBVENÇÕES E DOAÇÕES: Nos exercícios de 2023 e 2022 a FUCS recebeu subvenções e doações, conforme segue:

ENTIDADE	FINALIDADE	2023	2022
Secretaria da Saúde ERGS	Hospital Geral de Caxias do Sul	76.976.671,05	63.117.734,36
Secretaria da Saúde Municipal	Hospital Geral de Caxias do Sul	21.620.670,27	21.653.867,58
Ministério da Saúde	Hospital Geral de Caxias do Sul	10.702.025,26	5.702.795,86
Outros c/comunidade-Hospital Geral	Hospital Geral de Caxias do Sul	4.176,33	62.223,03
FINEP	Projeto de Pesquisa	859.202,39	1.746.906,08
Organ. Internacionais-IMPACT-DEPRES	Projetos de Pesquisa	3.534.208,12	34.004,06
Outros c/comunidade educação	Projetos	2.225.736,91	1.576.707,32
Prefeituras municipais	Projetos e Assessorias	26.829.131,05	28.061.761,71
(-) Prefeitura Municipal-Conv. não recebido	Projetos e Assessorias	-	-
Total das Subvenções e Doações		142.751.821,38	121.956.000,00

NOTA 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O Patrimônio Social é representado pela dotação inicial, acrescido dos valores dos superávits, reduzido pelos valores dos déficits.

NOTA 22. SEGUROS – NÃO AUDITADO: Os seguros contratados são os seguintes: a) Educacional – para cobertura por perda de emprego, morte ou invalidez do responsável pelo pagamento das mensalidades dos alunos; b) Patrimonial – para cobertura aos bens do estoque e do imobilizado no montante de R\$ 524.531.234,51; c) Frota – cobertura aos veículos (seguro total, contra terceiros e danos morais), na modalidade de reposição garantida.

	2023	2022
Outras receitas líquidas		
Receita de aluguéis	4.790.700,26	2.477.587,35
Apoio Cultural	1.725.849,81	1.842.553,11
Receita créditos tributários	-	7.533.330,88
Doações	1.665.225,03	1.050.668,49
Outras receitas	2.124.757,62	2.028.104,38
Total	10.306.532,72	14.932.244,21

Em 2022 a FUCS obteve êxito em decisão judicial transitada em julgado no processo que tramitou na 3ª Vara Federal de Caxias do Sul, e reconheceu como outras receitas os valores de créditos tributários ("precatório") decorrentes de indébito tributário federal que correspondem ao PIS sobre Folha de Pagamento ao período de 04/2008 - 03/2013.

JOSE GISLON	GELSON ROGERIO RIBOLDI
Presidente - CPF: 766.034.909-00	Contador: CRC/RS 91.226 - CPF 910.359.290-15

PARECER DO CONSELHO CURADOR

O Conselho Curador da Fundação Universidade de Caxias do Sul (FUCS), representado neste ato por seu Presidente Conselheiro Nilton de Marchi, acompanhado da Lista de Presença dos Conselheiros, em Reunião Extraordinária, tempestivamente convocada para o dia 18 de abril de 2024 (quinta-feira), de forma presencial, na Sala 214, Bloco A, da Fundação Universidade de Caxias do Sul, na Rua Francisco Getúlio Vargas, nº. 1130, Bairro Petrópolis, em Caxias do Sul/RS, nos termos do art. 19, incisos I, II e III do Estatuto da FUCS examinou o Relatório da Auditoria Independente e das Demonstrações Contábeis – Exercício Fiscal do ano de 2023, o qual encerrou-se em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, bem como as notas explicativas e o resumo das principais práticas contábeis da Fundação Universidade de Caxias do Sul e suas Mantidas. Examinadas e

debatidas as demonstrações, considerando o Relatório da Capital Auditores e Consultores Empresariais S/S, datado de 04 de abril de 2024, sendo que foram esclarecidos os questionamentos pelos Auditores Independentes e pelo Contador da FUCS, o Conselho Curador APROVOU por UNANIMIDADE, as Demonstrações Contábeis do Exercício Fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como o Relatório da Auditoria Independente da Capital Auditores e Consultores Empresariais S/S.

Caxias do Sul/RS, 18 de abril de 2024.
Nilton de Marchi - Presidente
Celso Schoerpf - Conselheiro Titular
Gelson Alfredo Dalberto - Conselheiro Titular
Sebastião Alves de Messias - Conselheiro Titular
Gilson César Borges de Almeida - Conselheiro Suplente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros da Fundação Universidade de Caxias do Sul Caxias do Sul – RS

Opinião com Ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Universidade de Caxias do Sul, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Universidade de Caxias do Sul em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva: Conforme referido na nota explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entendendo se tratar de entidade imune e com base na orientação de seus consultores jurídicos, não reconhece a totalidade do montante de débitos expressos nesta nota explicativa, originários de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada

"Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, e na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação e apresentação geral das demonstrações contábeis, estrutura, conteúdo e a aplicação das políticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre - RS, 04 de abril de 2024.
Alexandre dos Santos Valente Alex Fabiano Silveira Silveira
Sócio Responsável Responsável Técnico
Contador Contador
CRC/RS nº. 052.679/O-0 CRC/RS nº. 069.904/O-0
CNAI 3.330
Capital Auditores e Consultores Empresariais S/S
CRC/RS 7.543/O